

ARTIGOS

ARTICLES

A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

*THE DESCONCENTRATION ECONOMIC OF PRODUCTIVE
ACTIVITIES IN THE BRAZILIAN SOUTH REGION*

Edicleia Lopes de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – *campus* de Toledo.

Economista e professora da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

E-mail: edycleya@yahoo.com.br

Jandir Ferreira de Lima

Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste – *campus* de Toledo.

Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Gepec).

E-mail: jandir@unioeste.br

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o dinamismo econômico ocorrido na Região Sul do Brasil e a desconcentração das atividades produtivas. Os resultados revelam que, para a Região Sul do Brasil, o processo de desconcentração espacial da atividade econômica possibilitou o surgimento de novos centros econômicos, a intensificação do processo de crescimento demográfico ao redor destes e a identificação das vocações regionais. Porém, a desconcentração não dinamizou a economia sulina como um todo, permitindo que regiões isoladas alcançassem desenvolvimento, enquanto outras permaneceram estagnadas.

Palavras-chave: Concentração econômica; Economia regional; Desigualdades regionais.

Abstract

The objective of this paper is to verify the occurred economic dynamism and the concentration economic of productive activities in the Brazilian South Region. The main results disclose that for the Brazilian South Region, the process of spatial concentration for economic activities it made possible the sprouting of news economic centers, intensification of the process of demographic growth around of these and identification of the regional vocations. However, the concentration did not dynamism the southern economy as a whole, allowing that isolated regions of the states reached the development, while others had remained stagnated.

Keywords: Economic concentration; Regional economics; Regional inequalities.

1

INTRODUÇÃO

As teorias do desenvolvimento econômico o condicionam à existência ou inexistência de fatores considerados pré-requisitos na estrutura produtiva, tais como: recursos naturais, fontes de energia, recursos humanos, entre outros aspectos. Entretanto, na abordagem de Figueiredo (2006), Hirschman (1996) e Bianchi (2007), o processo de desenvolvimento é decorrente de situações de desequilíbrios, pois a tentativa de superar os gargalos gerados pela dinâmica desigual de um setor se torna o motor condutor ao desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento econômico, para Furtado (2000), é resultado de um conjunto de relações econômicas propagadas no tempo e no espaço. Se os agentes econômicos, que estão em posição estratégica, souberem apropriar-se do aumento da produtividade, seus benefícios afetarão as condições estruturais de produção, o comportamento dos agentes e o conjunto da coletividade. Mais que uma transformação produtiva, o processo de desenvolvimento econômico promove as mudanças na estrutura social. Como esse processo é desigual, ele conduz a heterogeneidades entre os espaços econômicos.

Nas últimas décadas, observam-se, em todas as regiões do Brasil, situações de grande diversidade e heterogeneidade nos espaços, tanto no referente às atividades econômicas quanto na distribuição dos contingentes populacionais. Essa diversidade e heterogeneidade, somadas à acelerada urbanização, ao fortalecimento das metrópoles, ao surgimento de cidades de médio porte e à consolidação de aglomerações urbanas atraídas para as novas localizações das atividades econômicas, são resultados da reestruturação produtiva brasileira e dos novos direcionamentos que esta ganhou. Do ponto de vista regional, há, hoje, áreas com elevado dinamismo econômico, áreas estagnadas e, ainda, áreas que sofreram alterações em suas bases produtivas (GUIMARÃES NETO, 1995; DINIZ; CROCCO, 1996; FERRERA DE LIMA et al., 2005; FERRERA DE LIMA; ALVES; PIACENTI, 2008).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar um resgate histórico do Brasil, segundo o perfil da concentração e da desconcentração econômica das regiões, e os reflexos desses fenômenos para a organização da atividade produtiva atual, particularmente da Região Sul do país. Pretende-se, também, comparar os três Estados sulinos.

Para atingir os objetivos propostos, será realizada uma busca de informações na literatura econômica, alicerçando-se em trabalhos desenvolvidos por economistas sobre a questão regional brasileira, cabendo menção ao trabalho de Guimarães Neto (1995) no qual este artigo se baseia, bem como análises de dados obtidos de órgãos governamentais, como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), entre outros, que fazem levantamentos e registros das atividades desempenhadas pela nação.

Num primeiro momento, realizar-se-á a revisão histórica do processo de desenvolvimento de atividades produtivas nas regiões brasileiras. Em seguida, na terceira parte, serão apontados alguns fatores determinantes da concentração e do processo de desconcentração econômica, bem como as suas implicações para a atual estrutura produtiva dos Estados sulinos. E por fim, serão apresentadas as principais conclusões que finalizam este estudo.

2

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES REGIONAIS NO BRASIL

A concentração de atividades produtivas é uma característica da economia capitalista. Conforme o tipo de atividade desenvolvida, obtêm-se as características e as diferenças entre as regiões de um país. No entanto, a concentração econômica no Brasil não é fenômeno das últimas décadas, mas que se produziu no processo histórico do desenvolvimento econômico.

Segundo Furtado (2004), a colonização brasileira e as primeiras formas de prática e concentração espacial da atividade econômica aconteceram de forma não planejada e como alternativa para amenizar o insucesso da exploração do ouro por Portugal e Espanha. A este último coube a formação da primeira colônia de povoamento no Brasil, mais precisamente na costa seten-

trional do país. Contudo, os portugueses foram incumbidos de desenvolver mecanismos para utilização econômica das novas terras descobertas. Assim, começa a exploração agrícola do território brasileiro com a cultura canavieira localizada na Região Nordeste do país, quando se dá o início do ciclo da economia açucareira.

A economia açucareira resistiu a mais de três séculos, antes de entrar em decadência. Contudo, a sua alta rentabilidade não incentivou os empresários açucareiros nordestinos a investir em outra atividade. Porém, a economia açucareira estimulou o desenvolvimento de atividades econômicas em outras regiões, como a criação de gado na própria região nordestina e posteriormente no sul do Brasil. Cabe salientar que foi a partir da procura de gado, principalmente pelas regiões onde se instalara a exploração mineira, que se estabeleceu a interdependência entre as diferentes regiões do Brasil.

Todavia, toda a produção do Brasil colônia era voltada para o mercado externo, particularmente o europeu, e, dessa forma, os conflitos emergidos a partir da segunda metade do século XIX, na Europa, acabaram por desestabilizar a economia de base açucareira de toda a colônia. E é em meio a todas as dificuldades que nasce a cultura cafeeira, que se torna, ainda nos anos 1830, o principal produto de exportação e, não obstante, se concentra na região central do país. Seu sucesso se estendera até 1930, criando grandes disparidades regionais de renda *per capita* (GUIMARÃES NETO, 1995; FURTADO, 2004).

Diante do exposto, percebe-se que a atividade econômica no Brasil, desde os primórdios da colonização, ocorreu em forma de arquipélagos: no Nordeste, a economia açucareira; no Centro-Sul, a mineira; no Sul, a pecuária. No Norte, estavam a prática da economia extrativa florestal e a pecuária, como também a produção de arroz e algodão no Maranhão, borracha na Amazônia, cacau na Bahia. Enfim, considerando todas as atividades econômicas primárias já desenvolvidas no Brasil, percebe-se que elas se deram em regiões distintas do país, o que permite deduzir que o desenvolvimento alcançado pela região não se propagara para todo o território brasileiro de forma homogênea (DINIZ, 2001).

No primórdio do século XX, o início da industrialização, estimulada principalmente pela acumulação monetária gerada pela cafeicultura, fez de São Paulo o centro industrial do país (DEAN, 1971; BRUN, 1984). Furtado (2004)

e Szmrecsányi (2002) relatam que, no processo inicial da industrialização, todas as regiões brasileiras experimentaram a implantação da indústria. Até porque os primórdios da industrialização brasileira foram baseados no uso de recursos naturais, na baixa incorporação de progresso técnico e no baixo custo da mão de obra utilizada e dispersa pelo território ocupado. Todavia, a partir de 1930, o processo de industrialização se consolida na Região Sudeste do Brasil, principalmente no Estado de São Paulo. A partir de então, as diferenças regionais começam a se acentuar.

Para Brun (1984) e Baer (1988), mesmo quando se considera que as disparidades regionais de crescimento e distribuição das atividades econômicas acompanham a história econômica do Brasil, coube ao processo de industrialização acentuar a concentração regional e dificultar a redistribuição desta para as demais regiões do país. Esses autores admitem que o expressivo progresso almejado pela Região Sudeste, particularmente São Paulo, ocorreu à custa do atraso das demais regiões do país, fortalecendo a concentração de renda e riqueza.

Dessa forma, como relatam Diniz e Campolina (2007), São Paulo e a sua região metropolitana, desde o final do século XIX e até aproximadamente 1970, assumiram o posto de centro econômico e industrial do país, com forte concentração das atividades industriais e econômicas nessa região. Os anos 1970 são considerados o período de pico da concentração, em que a região paulista participava com 44% do valor de transformação industrial (VTI) e 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Porém, a partir de então, o Estado de São Paulo passou a crescer menos que outras regiões e áreas metropolitanas do país, levando a uma perda de posição significativa.

Por volta de 2000, estima-se que a participação no valor de transformação industrial foi reduzida para 26%. Essa queda de participação na produção industrial indica mudanças no papel e nas funções da região de São Paulo como centro econômico nacional. Além disso, as mudanças no cenário mundial, a globalização, a abertura da economia brasileira, as mudanças tecnológicas e organizacionais, e as mudanças na concepção e no papel do Estado alteraram a posição e o papel da região de São Paulo, tanto com relação à economia nacional quanto no que se refere à inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, São Paulo perdeu importância relativa como centro industrial, mas ampliou sua posição em termos da concentração dos serviços modernos e de centro líder do capital (DINIZ; CAMPOLINA, 2007).

Diniz (1995) aponta três etapas na economia brasileira, em relação ao processo de polarização, quais sejam: a primeira fase é caracterizada pelas atividades produtivas isoladas; a fase da articulação comercial que se estende até 1960 é marcada pela primeira etapa da industrialização que fortalece o Sudeste, principalmente São Paulo; e a terceira fase caracteriza-se pela articulação produtiva que percorre os anos 1970 até a década de 1980. Nesse período, ocorre um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação ao centro industrial de São Paulo.

Esse processo de desconcentração foi resultado de vários fatores, entre eles: deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infraestrutura; busca de recursos naturais, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização.

Diniz e Crocco (1996) relatam ainda que o crescimento da infraestrutura econômica, como transportes, energia e telecomunicações, contribuiu fortemente para o processo de desconcentração industrial, pois facilitou a localização industrial em novas áreas e regiões, em especial as cidades de médio porte. Além desse aspecto, relatam os autores que um forte desejo da política econômica de promover o processo de desconcentração industrial aliado a fortes incentivos fiscais tendeu a estimular a distribuição das atividades industriais para várias regiões e cidades.

Ademais, a desconcentração resulta também do período pós-milagre quando se iniciam a desaceleração econômica e a necessidade de intervenção do setor público na economia nacional. Além desses, outros fatores exerceram influência no processo de desconcentração que, embora complexos, merecem menção por terem contribuído para redistribuição da atividade produtiva: políticas para promoção de desenvolvimento regional e setorial, e identificação dos recursos naturais disponíveis em outras regiões além das industrializadas, com possibilidades de exploração, dados os novos investimentos em infraestrutura (GUIMARÃES NETO, 1995; DINIZ; CAMPOLINA, 2007).

A participação do Estado foi fundamental no processo de desconcentração da atividade econômica, pois as políticas públicas de incentivo às exportações

e aos complexos agroindustriais, e as políticas direcionadas a limitar o uso dos recursos ambientais já escassos nas regiões metropolitanas, acoplados a incentivos fiscais e financeiros, tiveram grande participação na desconcentração da atividade nos grandes centros, induzindo a implantação dessas políticas em regiões do interior (GUIMARÃES NETO, 1995). A fim de exemplificação, a instalação da indústria automobilística na região de Curitiba, no Paraná, foi possibilitada sob incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura por parte do governo estadual.

É importante salientar que, dentre todas as consequências sofridas pelo Brasil para promover o desenvolvimento da economia, o desequilíbrio entre as rendas regionais certamente está entre as mais graves. Contudo, não existem somente disparidades entre as grandes regiões do Brasil, há também a heterogeneidade intrarregional, ou seja, espaços que se encontram numa mesma região, como os Estados da Região Sul, e que apresentam características distintas e concentração espacial de diferentes atividades. A fim de melhor compreender os aspectos que proporcionaram tais efeitos de concentração e diferenciação, faz-se desses o tema principal dos próximos tópicos.

3

AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Segundo dados do IBGE de 2007, a Região Sul representa 6,75% do território nacional, onde vivem 14,5% da população do país, concentrando 16,32% do Produto Interno Bruto (PIB). A região é composta por 23 mesorregiões, sendo dez no Estado do Paraná, seis no Estado de Santa Catarina e sete no Estado do Rio Grande do Sul. Dos Estados, o Rio Grande do Sul ocupa uma área de 280.674 km², em que se distribuem 427 municípios, incluindo a capital Porto Alegre, agrupados em 35 microrregiões. A população residente é de 10.582.840 habitantes que encontram na agropecuária e nas atividades industriais os principais setores econômicos. O Estado de Santa Catarina ocupa uma área de 95.318 km², onde se distribuem 260 municípios, incluindo a

capital Florianópolis, agrupada em 20 microrregiões. A população residente é de 5.866.252 habitantes que encontram nos setores agropecuário e industrial (em menor escala) a base de sua atividade econômica. E, por fim, tem-se o Estado do Paraná que ocupa uma área de 199.324 km² e possui 399 municípios, incluindo a capital Curitiba, reunidos em 39 microrregiões. A população residente é de 10.284.503 habitantes que exercem a agropecuária como principal atividade econômica.

Entretanto, quando se busca, na história, a evolução dos Estados da Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, percebe-se que eles trazem, além das semelhanças quanto à disponibilidade de recursos naturais, acentuadas diferenças na sua dinâmica interna e nas suas estruturas produtivas. Tais diferenças estão associadas ao processo de desconcentração econômica e às alterações em seus sistemas de produção.

Com relação ao processo de desconcentração intrarregional, o Sul é uma das grandes regiões brasileiras que merecem atenção, pois o processo aconteceu de forma mais acentuada. Houve significativas mudanças em todos os âmbitos dos Estados sulinos. A atividade produtiva deixa de se concentrar nas grandes cidades, normalmente nas capitais, e se espalha para outras localidades do interior. Ligada a esse fenômeno, está a mudança na dinâmica demográfica. Até então, as regiões de atração eram também os grandes centros, e, após a desconcentração, as cidades intermediárias passaram a registrar maior contingente populacional (GUIMARÃES NETO, 1995; DINIZ; CAMPOLINA, 2007; FERRERA DE LIMA; ALVES; PIACENTI, 2008). A Tabela 1 mostra o aumento populacional, no período compreendido entre a década de 1970 e 2007, que todos os Estados da Região Sul experimentaram.

Na Tabela 1, observa-se que a população urbana da Região Sul mais que triplicou no período entre 1970 e 2007, enquanto a área rural diminuiu a sua população no mesmo período. Os três Estados apresentaram um aumento no número de pessoas na área urbana e uma redução significativa no número de pessoas na área rural. O aumento foi mais expressivo em Santa Catarina, cuja população urbana, em 1991, aumentou aproximadamente 157,49% em comparação a 1970. O menor adensamento em termos percentuais se deu no Rio Grande do Sul: no período entre a década de 1970 e início dos anos 1990, a população aumentou 96,91%. Em contrapartida, os dados confirmam o que preconiza uma vasta literatura sobre a transferência da população rural para

as áreas urbanas. Em todos os Estados, conforme a densidade demográfica das áreas urbanas aumentava, nas áreas urbanas o movimento se dava ao contrário. O Paraná perdeu mais da metade da sua população rural entre 1970 e 2007. Somando todos os Estados, verifica-se na Região Sul uma redução de 55% no número de habitantes rurais entre 1991 e 2007. Esses dados podem ser mais bem representados pelas curvas que conformam o Gráfico 1.

Tabela 1

Evolução da população rural e urbana da Região Sul – 1970-2007

Estados e área	População urbana					População rural				
	1970	1980	1991	2000	2007*	1970	1980	1991	2000	2007
Região Sul	7.303.427	11.877.739	16.403.032	20.318.991	22.614.247	9.193.066	7.153.443	5.726.345	4.791.358	4.119.630
PR	2.504.378	4.472.561	6.197.953	7.782.560	8.732.826	4.425.490	3.156.851	2.250.760	1.782.083	1.551.677
SC	1.246.043	2.154.238	3.208.537	4.217.763	4.895.567	1.655.691	1.473.695	1.333.451	1.140.100	970.920
RS	3.553.006	5.250.940	6.996.542	8.318.667	8.985.854	3.111.885	2.522.897	2.142.128	1.869.174	1.597.033

* População urbana estimada.

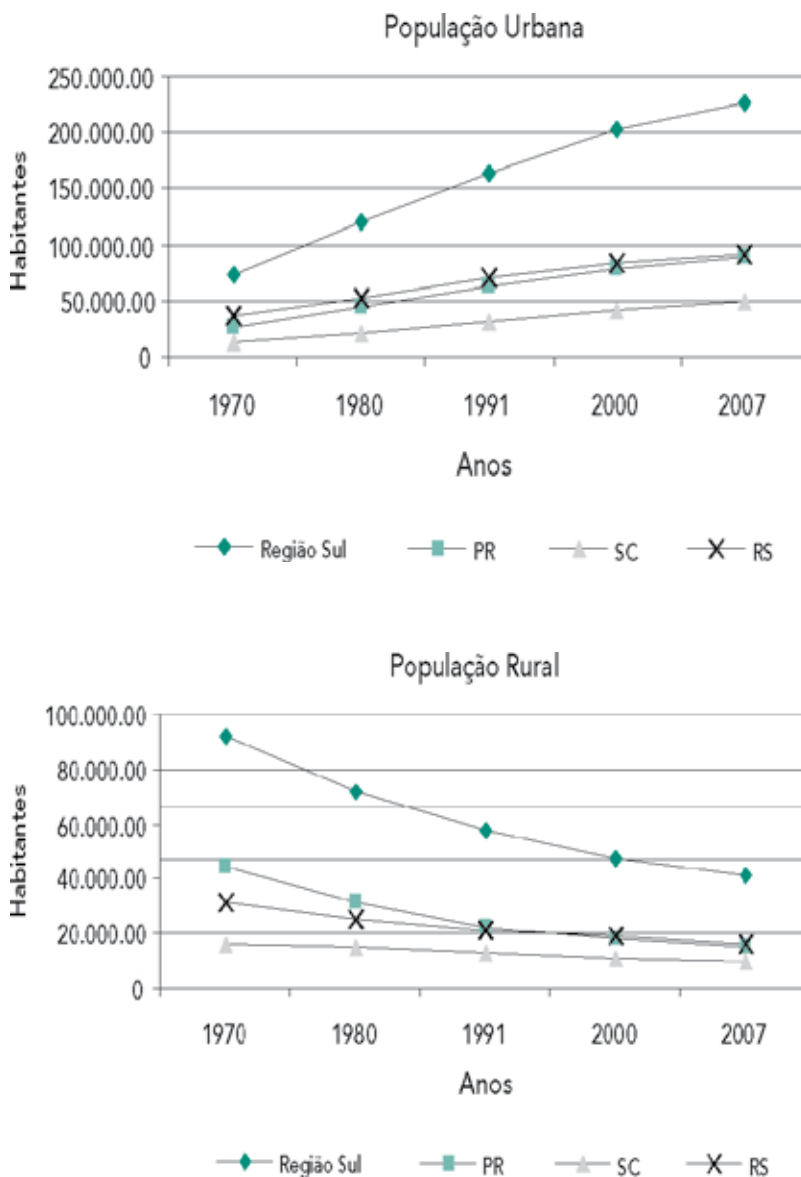
Fonte: IBGE/Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2000. Contagem populacional 2007.

Cabe ressaltar que, quando se comparam os três Estados, o Rio Grande do Sul possui a maior concentração de pessoas tanto na área urbana como na área rural. Já Santa Catarina apresentou a menor queda relacionada à quantidade de pessoas na área rural, enquanto o Paraná foi o Estado que mais perdeu pessoas no campo para a cidade. Contudo, tanto a Tabela 1 quanto o Gráfico 1 evidenciam, claramente, as características do êxodo rural, provocado pelas transformações e mudanças tecnológicas que o setor agrícola sofreu a partir de 1970.

Segundo estudo do Ipea (cf. IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR, 2001) sobre a Região Sul, verificou-se, no período entre 1970 e 1980, que a grande população se dividia nos maiores centros, em cidades com mais de duzentos mil habitantes. Já nos anos de 1980 a 1991, houve uma redução de 16,6% no crescimento populacional dessas cidades, enquanto as regiões menores se transformaram em atração para essa população. Esses e outros dados podem ser visualizados na Tabela 2. Pelos dados da tabela, nota-se que os municípios com população entre cinco e dez mil habitantes somaram, no final do período analisado, 236 municípios; 228 com população acima de vinte mil até cinquenta mil pessoas, contra 11 municípios que tinham população superior a duzentos mil habitantes, evidenciando a inversão das cidades atrativas para a população, em que os grandes centros deixam de ocupar a principal opção.

Gráfico 1

Evolução da população rural e urbana nos Estados da Região Sul – 1970-2007



Fonte: IBGE/Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2000.
Contagem populacional 2007.

Tabela 2

Região Sul: centros urbanos segundo a taxa média de crescimento da população e o número de municípios – 1970-1996

Número de habitantes	Taxa de crescimento (%)				Nº de municípios
	1970-1980	1980-1990	1991-1996	1970-1996	
Menos de 5.000	-1,9	-0,1	-0,4	-0,9	160
De 5.001 a 10.000	-1,1	-0,2	-0,5	-0,6	236
De 10.001 a 20.000	-0,3	-0,1	0,0	-0,1	228
De 20.001 a 50.000	0,6	0,8	0,8	0,7	137
De 50.001 a 100.000	2,0	1,5	1,6	1,7	45
De 100.001 a 200.000	2,3	2,0	1,5	2,0	15
De 200.001 a 500.000	30,8	-16,6	2,1	3,1	11
Metropolitana Curitiba	5,5	3,0	3,4	4,0	18
Metropolitana Porto Alegre	3,8	2,6	1,4	2,8	23
Total	1,4	1,4	1,2	1,4	873

Fonte: IBGE/Censo demográfico 1970, 1980, 1991. Contagem populacional de 1996.

Moura e Kleinke (1999) destacam que a principal característica da rede urbana sulina é a constituição de espacialidades de concentração e de esvaziamento. De um lado, municípios cada vez mais populosos que demarcam áreas de aglomeração. Em 1996, 62,37% da população da Região Sul vivia em cidades com mais de 50 mil habitantes, a maioria integrando as espacialidades de concentração. Do outro, é significativo o número de municípios que cresceram menos que 1% a.a. ou apresentam decréscimo na população.

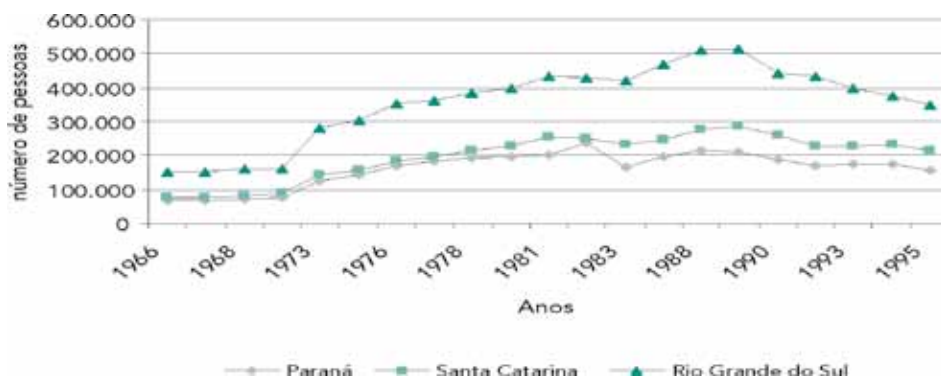
De modo geral, o grupo de municípios de menor tamanho vem perdendo participação em favor dos grupos de maior tamanho. Porém, esse padrão não se aplica completamente à rede urbana da Região Sul, comparativamente a outras regiões brasileiras. Enquanto, em alguns Estados do Norte e Nordeste, e até mesmo no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais, no Sul, Porto Alegre concentra 16,5%, Curitiba, 21,1%, e Florianópolis, 7% dessa população em 1996, e esta capital brasileira concentra a menor proporção da população urbana do Estado. Cabe ainda ressaltar que a Região Sul é formada atualmente (2009) por 1.086 municípios espalhados por seus três Estados, contra 873 em 1996 (MOURA; KLEINKE, 1999).

Para os autores supracitados, os anos 1970 representaram, para a Região Sul, um período de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas. Os espaços se qualificavam como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por municípios com crescimento elevado e contínuo. Esse processo se estende ao início dos anos 1990, apontando para tendências de consolidação. As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos fluxos migratórios, principalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano.

O Gráfico 2 mostra o crescimento do número de pessoas ocupadas na indústria, ocorrido nos Estados da Região Sul no período de 1966 a 1995. É expressivo o aumento de emprego da mão de obra em atividades industriais em todos eles, destacando o Rio Grande do Sul que esteve à frente em todo o período analisado. Observa-se um declínio no número de trabalhadores a partir do início da década de 1990, fato que deve estar ligado às transformações estruturais, principalmente no setor industrial, ocorridas nessa década. Entre eles, a abertura de mercado que, no início, impactou de forma negativa a indústria brasileira e conseqüentemente o número de trabalhadores.

Gráfico 2

Estados da Região Sul segundo o número de pessoas ocupadas na indústria extrativa e de transformação – 1966-1995

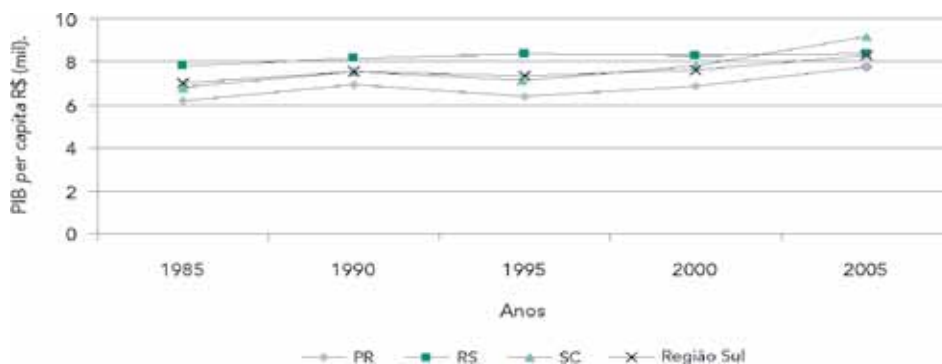


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (2009).

Como resultado desse processo de mobilização da população, há um crescimento da renda das regiões menos desenvolvidas e um crescimento do produto interno de cada Estado. Grandes agrupamentos de pessoas significam mais pessoas trabalhando e consumindo, e, logo, empresas produzindo mais para atender à demanda, o que caracteriza o aumento na produção, que, por sua vez, provoca aumentos no PIB regional. Dessa forma, segundo Scott (2003), o crescimento regional advém da aglomeração geográfica das atividades econômicas e exprime-se por aumentos da produtividade. E o adensamento populacional contribuiu para o crescimento das regiões por causa do aumento do consumo e das necessidades dos indivíduos. No Paraná, por exemplo, as maiores economias municipais estão em Curitiba e nos municípios da região metropolitana (Araucária e São José dos Pinhais) que respondem por, respectivamente, 23,6%, 5,5% e 5,4% do PIB estadual (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2005). No Gráfico 3, é possível visualizar o aumento do PIB *per capita* dos Estados da Região Sul. Observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou, no período, o maior PIB *per capita* da região, perdendo força somente em meados de 2000. Quando se comparam os três Estados em todo o período analisado, observa-se que a população paranaense apresentou o menor PIB *per capita*.

Gráfico 3

Evolução do PIB *per capita* dos Estados da Região Sul – 1985-2005



Fonte: Instituto de Economia Aplicada (2009).

Nota: PIB estadual *per capita* deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional – R\$ de 2000.

É importante relatar que um conjunto de políticas setoriais, como incentivos à modernização da agricultura e políticas de exportações, beneficiou o desenvolvimento de várias regiões nos Estados da Região Sul. Além de políticas ligadas às atividades agropecuárias e agroindustriais, houve incentivos para as regiões produtoras de manufaturas, como de calçados no Rio Grande do Sul. Além disso, do processo de desconcentração resultou a consolidação de atividades em novas localidades da região. Surgiram outras atividades produtivas além da industrial que caracterizaram as especializações regionais, e, ao redor destas, desenvolvem-se e articulam-se outras atividades que geram dinamismo e crescimento (GUIMARÃES NETO, 1995).

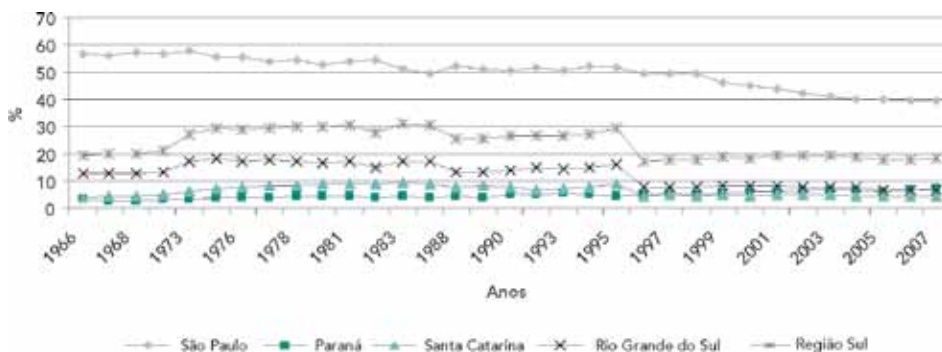
De acordo com Moura e Kleinke (1999), a inserção dos Estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da metal-mecânica favoreceu o eixo que se estende desde a aglomeração metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense, que envolve as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que incorpora a aglomeração urbana de Caxias do Sul. Ao longo desse eixo, situam-se os municípios com as maiores taxas de crescimento populacional da região nas últimas décadas, constituindo extensa área de forte concentração econômica e demográfica. As vantagens comparativas desse eixo fazem que se dirijam para lá os principais investimentos em curso ou previstos para o Sul. Em menor escala, o fenômeno da concentração também ocorre em outras áreas da região, movido por atividades tanto de uma indústria diversificada quanto da agroindústria, que exercem importante papel na configuração da rede de cidades do interior dos Estados.

Porém, quando se trata dos investimentos em indústrias de maior tecnologia, para Guimarães Neto (1995), é admissível o processo de desconcentração ocorrido no Brasil e no interior das regiões, mas não se pode negar o expressivo grau de concentração ainda presente na economia nacional. O grande capital pesado ainda é encontrado na Região Sudeste, em particular no Estado de São Paulo. Em 1975, essa região concentrava sob seu domínio cerca de 80% das mil maiores empresas (de todos os setores) no Brasil. Em 1990, mesmo após a desconcentração, essa região passou a controlar 68% delas. Enquanto, na Região Sul, 11% delas estavam distribuídas em seus Estados, passando para 15% em 1990.

O Gráfico 4 mostra a evolução da participação da Região Sul e de seus Estados no valor de transformação industrial nacional, o qual corresponde ao período de 1966 a 2007. Para fins de demonstração e comparação, optou-se por incluir o Estado de São Paulo. O gráfico aponta que São Paulo sempre foi o centro industrial do país e que, mesmo após a descontração, ainda permanece no posto, concentrado quase a metade do valor de transformação industrial brasileira. Entretanto, observa-se que, a partir de meados da década de 1970, justamente quando se inicia o processo de descontração da Região Sudeste, o percentual de participação desse Estado entra em contínuo declínio, atingindo em 2007 percentuais de aproximadamente 15%, índice inferior quando comparado ao obtido no início da década de 1960.

Gráfico 4

Participação percentual no valor de transformação industrial nacional – 1966-2007



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (2009).

No mesmo período, tem-se o crescimento da participação dos Estados sulinos e conseqüentemente da Região Sul no valor total da transformação na indústria. Como já mencionado neste trabalho, vários foram os fatores que propiciaram isso, inclusive a própria queda da participação da Região Sudeste, em especial de São Paulo. Em meados da década de 1990, percebe-se que, para todos os Estados estudados, houve uma considerável queda no percentual de participação nacional. Vários são os fatores que muito provavelmente contribuíram para esse fenômeno. Como estamos falando da indústria, o iní-

cio dessa década é marcado pela abertura comercial e inevitavelmente pela exposição à competição de indústrias externas, por mudança da moeda nacional que ainda gerava incertezas aos empresários e por indícios da crise que afetara o Brasil em 1998. Passado o período de instabilidade, os Estados se firmam, porém a patamares de produção menores do que o observado em décadas anteriores.

Entretanto, se a desconcentração da atividade produtiva, de um lado, provocou a integração produtiva entre as diferentes regiões do Brasil, de outro, não deixou de impactá-las de forma diferente, atingindo desde a estrutura produtiva até a organização da sociedade. Nos Estados da Região Sul, a produção agropecuária perde força e abre espaço para consolidação e expansão das agroindústrias de carnes e grãos, que são espalhadas pelos Estados. A produção industrial, de acordo com Guimarães Neto (1995), em toda a região, além garantir sua participação na produção de bens de consumo não duráveis, em especial a produção de alimentos, ganha posição quanto à sua participação na indústria de bens duráveis, em particular a produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas com o objetivo de atender à demanda da agropecuária sulina por esses bens e comercializar com os demais Estados e o mercado internacional.

A Tabela 3 apresenta o valor adicionado na indústria pelas mesorregiões dos Estados nos períodos pré-desconcentração e após esse processo. Em todas as mesorregiões, o crescimento é notável, cabendo destaque, no Paraná, à mesorregião metropolitana de Curitiba, a principal do Estado, que é formada por 37 municípios. Além de abrigar a capital paranaense, é densamente concentrada em nível populacional. Em 2000, no setor industrial, atingiu valores oito vezes superiores aos de 1970. E a mesorregião Oeste Paranaense que é composta por 50 municípios, como Cascavel e Foz do Iguaçu, que passou de R\$ 173.355 em 1970 para R\$ 3.707.818 em 2000, ou seja, um incremento cerca de vinte vezes superior. Esses aumentos são decorrentes, principalmente, do tipo de atividades industriais que se instalaram nessas localidades, destaque para os setores automobilístico e agroindustrial, respectivamente.

No Estado de Santa Catarina, as mesorregiões Norte e Oeste Catarinense foram as que apresentaram maior adição no valor de produção industrial, justamente por estarem localizados nessas áreas os municípios mais industria-

Tabela 3

Valor adicionado a preços básicos na indústria, segundo as mesorregiões dos Estados da Região Sul – 1970-2005

Estado/mesorregiões	1970	1975	1980	1985	1996	2000	2005
Paraná							
Centro Ocidental Paranaense	122.584	185.437	254.258	320.545	84.977	317.576	282.641
Centro Oriental Paranaense	391.322	1.065.054	1.586.619	1.808.696	1.353.131	1.822.307	1.665.197
Centro-Sul Paranaense	216.206	581.774	782.875	586.964	275.856	940.645	941.449
Metropolitana de Curitiba	1.513.719	3.351.487	7.163.364	9.044.818	10.341.178	12.340.205	9.858.968
Noroeste Paranaense	238.713	494.189	424.227	603.297	289.057	673.629	621.841
Norte Central Paranaense	775.721	1.908.274	2.474.332	2.798.842	2.431.947	3.996.917	2.847.766
Norte Pioneiro Paranaense	218.684	422.332	692.138	768.817	245.736	544.836	466.775
Oeste Paranaense	173.355	577.152	1.188.287	1.136.999	1.066.734	3.707.818	3.535.084
Sudeste Paranaense	150.898	299.852	476.727	341.312	217.087	368.001	315.941
Sudoeste Paranaense	96.339	238.316	305.380	370.456	310.754	520.149	527.624
Santa Catarina							
Grande Florianópolis	188.966	449.835	864.868	726.496	1.037.939	1.467.863	1.101.524
Norte Catarinense	835.323	2.243.288	3.815.179	3.628.459	4.871.765	5.670.837	5.003.518
Oeste Catarinense	411.922	987.437	1.704.615	1.959.663	5.301.455	4.187.625	3.493.812
Serrana	372.078	603.267	750.643	576.304	479.451	837.093	727.694
Sul Catarinense	346.536	852.286	1.679.528	1.568.923	1.502.966	2.261.289	1.853.517
Vale do Itajaí	807.638	2.052.838	3.777.036	3.946.760	3.787.435	4.657.274	3.773.476
Rio Grande do Sul							
Centro Ocidental Rio-grandense	156.043	291.195	347.390	325.130	277.377	583.097	409.410
Centro Oriental Rio-grandense	407.722	1.090.391	1.596.001	1.870.448	1.876.486	2.959.805	2.121.961
Metropolitana de Porto Alegre	4.496.091	9.533.183	13.430.627	14.220.964	14.928.405	18.581.676	12.831.047
Nordeste Rio-grandense	861.399	2.273.101	3.015.733	3.441.378	3.909.624	4.917.552	3.801.726
Noroeste Rio-grandense	766.070	1.659.860	1.907.211	1.762.056	2.083.300	3.140.352	2.527.464
Sudeste Rio-grandense	562.444	1.286.162	2.034.229	1.504.895	1.116.787	1.761.093	1.173.516
Sudoeste Rio-grandense	280.838	635.973	787.461	941.848	426.788	739.924	746.923

Fonte: Instituto de Economia Aplicada (2009).

Nota: R\$ de 2000 (mil) – deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional.

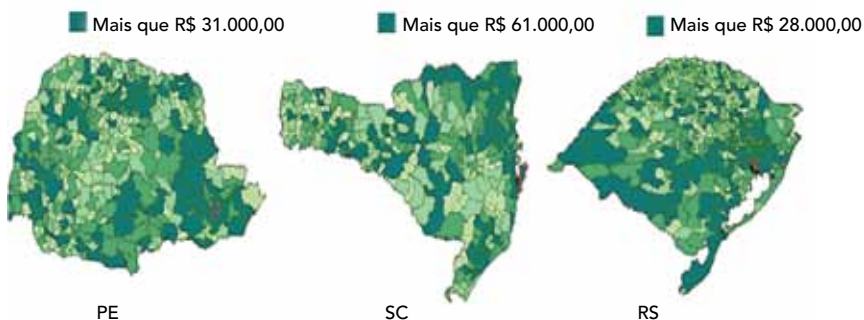
lizados e importantes economicamente do Estado. A mesorregião Norte é formada por 26 municípios, como Joinville e Jaraguá do Sul, fortes no setor eletro-metal-mecânico, e São Bento do Sul, que é considerado o detentor do maior parque fabril do Estado. Na mesorregião Oeste, destaca-se o município de Chapecó, grande produtor agroindustrial catarinense. Destacamos também a mesorregião Vale do Itajaí, composta por 53 cidades, que abriga Blumenau e Brusque, dois importantes polos da indústria têxtil. A importância econômica desses municípios permitiu que suas mesorregiões alcançassem patamares de acréscimos na produção industrial, conforme demonstra a Tabela 3.

O Rio Grande do Sul apresentou semelhante crescimento no período em estudo. Sem dúvida, a mesorregião metropolitana de Porto Alegre é a mais destacada em termos de produção e valor adicionado na indústria. Essa mesorregião é composta por 98 municípios, fortemente influenciados pelo setor industrial, e as indústrias mais significativas são de calçados, alimentos e petroquímica. Entre os municípios que compõem essa mesorregião, estão Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Triunfo e Novo Hamburgo. Destaque econômico para a mesorregião Nordeste-Riograndense, em que está localizado o município de Caxias do Sul, um dos que mais contribuíram para a industrialização do Estado gaúcho, sendo considerado o segundo polo metal-mecânico do país e um dos mais importantes da América Latina.

Na Figura 1, nota-se a distribuição do valor adicionado (VA) na indústria, de acordo com os municípios dos Estados sulinos no ano de 2006. As áreas mais escuras são os municípios que mais contribuíram para o VA industrial. No Paraná, essas áreas referiam-se aos municípios com valor adicionado entre R\$ 31.782,00 e R\$ 5.636.130,00, destacando os municípios de Curitiba (R\$ 5.636.130), Araucária (R\$ 3.605.658) e São José dos Pinhais (R\$ 3.284.943), localizados na mesorregião Metropolitana de Curitiba, e Foz do Iguaçu (R\$ 3.510.359) na mesorregião Oeste Paranaense.

Figura 1

Estados da Região Sul segundo o Produto Interno Bruto dos municípios 2006: valor adicionado da indústria (mil reais)



Fonte: Informação disponível em <http://www.ibge.com.br/cidades>.

No Estado catarinense, as áreas mais escuras refletem os municípios com participação entre R\$ 61.274 e R\$ 4.440.182. O município de Joinville participa com R\$ 4.440,182, Blumenau com R\$ 1.993.320 e Chapecó com R\$ 1.180.956. Essas cidades estão localizadas nas mesorregiões Norte, Oeste e Vale do Itajaí, respectivamente.

Com relação ao Rio Grande do Sul, as áreas mais escuras indicam que, em 2006, os municípios adicionaram na indústria valores de R\$ 28.474 a R\$ 3.379.870. No topo, está a cidade de Porto Alegre, localizada na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, com contribuição de R\$ 3.379.870, seguida por Triunfo (R\$ 3.112.942), Caxias do Sul (R\$ 3.096.853) da mesorregião Nordeste-Riograndense, Canoas (R\$ 3.076.524) e Gravataí (R\$ 1.723.935), estes dois últimos da mesorregião metropolitana de Porto Alegre.

4 CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi realizar um resgate histórico do dinamismo ocorrido no Brasil com o processo de concentração e desconcentração da atividade econômica, bem como apontar os reflexos desses fenômenos na organização espacial da atividade produtiva atual na Região Sul do país.

Observa-se que, durante toda a história econômica do Brasil, a atividade produtiva sempre se deu de forma concentrada. Foi assim com as atividades primárias no período colonial e, não obstante, com a industrialização do país. Entretanto, a partir da década de 1970, em meio a um período de instabilidade e desequilíbrios econômicos, iniciou-se a desconcentração gradativa, com o rearranjo espacial da atividade econômica e expansão desta para regiões fora do centro industrial, até então, paulistano. O resultado foi desenvolvimento heterogêneo no interior das demais regiões e o surgimento de novas sub-regiões com especialidades regionais.

Todavia, diante de todas as informações expostas, para a Região Sul do Brasil, a desconcentração foi fundamental. Nasceu dela a possibilidade de desenvolvimento de espacialidades até então estagnadas, cujos potenciais foram identifica-

dos e se transformaram em grandes referências para atração tanto de novas atividades produtivas como de fluxos de população. O processo de desconcentração espacial da atividade econômica foi um dos principais, se não o principal, propulsores para o surgimento e a intensificação do processo de crescimento demográfico ao redor de novos centros econômicos regionais, dando destaque às cidades de porte médio e identificação das vocações regionais e locais.

Na atualidade, vários municípios dos três Estados sulinos são grandes produtores e exportadores nacionais e internacionais não somente de derivados da agroindústria, como também de produtos industrializados com grandes avanços tecnológicos, principalmente do setor metal-mecânico, o que faz dessa região a segunda mais desenvolvida em termos econômicos e a que mais se destaca no quesito condições de vida da população.

Contudo, outros aspectos referentes aos Estados sulinos merecem atenção, como as características sociais e econômicas de cada mesorregião com relação à distribuição de renda, à composição étnica das populações, aos níveis de investimentos e infraestrutura, à educação, à saúde, entre outros aspectos, que muito provavelmente também sofreram influências do processo de desconcentração. Esses temas poderão ser objetos de futuras pesquisas.

Referências

BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 131-134, 150, ago. 2007.

BRUN, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. (Série Fidene).

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: Ipea, 1995.

_____. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2001.

DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Revista Eure*, Santiago, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. O perfil locacional do emprego setorial no Brasil. *Revista Econômica do nordeste*, Fortaleza, v. 39, n. 3, p. 482-502, 2008.

FERRERA DE LIMA, J. et al. O *continuum* setorial regional dos municípios da mesorregião Oeste paranaense. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/160.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

FIGUEIREDO, A. T. L. *O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-keynesiana*. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2006.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.

GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 86, p. 123-152, 1995.

HIRSCHMAN, A. *A propensity to self-subversion*. Harvard: Harvard University Press, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2009.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA. 2009. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2005. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. Brasília: Ipea, 2001. v. 3.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 3-25, jan./abr. 1999.

SCOTT, A. J. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. *Géographie, Économie et Société*, Paris, v. 5, n. 1, p. 31-57, 2003.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 2, abr./jun. 2002.